

REVISITANDO A HOMOSSEXUALIDADE: UMA TRAJETÓRIA CONCEITUAL DE MUDANÇAS

Leonardo da Silva Martinelli*

RESUMO

Este artigo visa refletir sobre a terminologia homossexualidade surgida no final do século XIX e sua trajetória na configuração de significados que delimitaram uma *comunidade imaginada* e materializada de pessoas a partir de suas vivências e práticas afetivo-sexuais. Para além da definição de um sujeito singular, essa palavra também foi usada como elemento identitário em meio às fronteiras que envolvem o *ser e/ou pertencer* a esse grupo. São discutidas teoricamente as transformações desses entendimentos e a ampliação do verbete que conceitua tal categoria demonstrando a ampliação das possibilidades de seu uso.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidade; Identidade; Pertencimento; Prazer.

ABSTRACT

This article aims to reflect on the terminology homosexuality that emerge in the end of the 19th century and its trajectory in the configuration of meanings that define dan imagined and materialized community of people base don't heir affective-sexual experiences and practices. In addition to the definition of a singular subject, this word was also used as an element of identity in the midst of the borders that surround being and/or belonging to that group. The transformations of these understandings and the expansion of the entry that conceptualizes such a category are theoretically discussed, demonstrating the expansion of the possibilities of its use.

KEYWORDS: Homosexuality; Identity; Belonging; Pleasure.

Considerações iniciais

O uso dos prazeres carnis por parte das pessoas ao longo da trajetória humana nunca se limitou a prática exclusiva da

*Doutorando em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, pesquisador do Laboratório de Estudos de Gênero e História (LEGH/UFSC) e membro da Rede de Historiadores e Historiadoras LGBTQIA+. E-mail: leonardos.martinelli@gmail.com

procriação. Outras formas de afeto e de experienciar o corpo e os desejos foram realizadas, como as relações homoeróticas¹. A partir do século XIX uma nova palavra incorporou todas essas práticas mantidas entre pessoas de mesmo sexo e significou tais componentes a partir de um condicionamento biológico que caracterizaria esses sujeitos. A palavra homossexualidade foi construída, difundida, significada e ressignificada ao longo dos anos. Dessa forma, este artigo visa refletir sobre essa terminologia e sua trajetória na configuração de significados que delimitaram uma *comunidade imaginada*(ANDERSON, 2008) de pessoas, com um sentimento de coletividade e pertencimento a partir de suas vivências e práticas afetivo-sexuais.

Essa palavra também foi usada como um elemento identitário em meio às fronteiras que envolvem o *ser e/ou o pertencer* a esse grupo. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é discutir teoricamente as transformações dos entendimentos acerca da homossexualidade demonstrando a ampliação das possibilidades de seu uso. Para tanto, faz-se uma análise e reflexão a partir da bibliografia acionada para compreender essas modificações.

O surgimento da categoria homossexualidade

No discurso dominante ocidental, sobretudo, sobressai à ideia de que a prática afetivo-sexual “natural”, de origem “divina”, além de haver outras explicações, centra-se nas relações mantidas entre homens com mulheres. Esse entendimento pauta-se na ideia de uma identidade fundada naquilo que Linda Nicholson (2000) chamou de “fundacionismo biológico”, ou seja, identidades calcadas sobre determinadas características como: órgãos sexuais, características secundárias e até mesmo no comportamento esperado para essas pessoas. A cópula entre essas pessoas teria apenas a finalidade de procriação, sendo que outras práticas não-procriativas eram discriminadas.

Isso significa que as pessoas no passado, assim como no presente, não reduziram suas formas de experienciar os prazeres sexuais, corporais, exclusivamente a uma prática, nem a uma

¹ Utiliza-se o termo relações homoeróticas em referência às práticas afetivas e/ou sexuais entre pessoas de mesmo sexo (genitais) para tornar explícito este tipo de prazer e evitar a categoria homossexualidade para períodos em que a mesma não existia. Um dos autores que prefere o uso do termo “homoerotismo” é Jurandir Costa Freire (1992).

posição sexual. E dentre essas outras possibilidades, estavam às relações entre pessoas do mesmo sexo. Utiliza-se esta expressão “mesmo sexo” em referência aquilo que se pensava a respeito dos sujeitos no sentido de haver uma conexão entre genitália, corpo sexuado e até mesmo daquilo que atualmente entende-se e chama-se de gênero, mas que era pensado, de maneira geral, como características e elementos extensivos do sexo biológico com que os indivíduos nasciam. Dessa forma, tratava-se de relações que se voltavam sobre “iguais”, ou seja, homens com homens e/ou mulheres com mulheres. Destacam-se estes dois termos identitários para facilitar o entendimento, mas não que estes excluam outras possibilidades de nomeação ou mesmo uma sobreposição de terminologias.

Estes tipos de relações em especial compõem o passado da categoria homossexualidades. É preciso destacar que não se está atribuindo à homossexualidade uma eternidade, como alertou Paul Veyne (1998) a partir de Foucault, pois essas transformações não se deram de forma semelhante em todos os lugares, nem tiveram uma linearidade evolutiva. Como se verá adiante, esta categoria passou a existir num determinado momento e pode ter um fim, ou seja, não ter mais a centralidade de atuar como forma de classificação social ou como definidora de um tipo de sujeito.

A palavra homossexualidade é usada desde 1868² e foi publicizada no ano seguinte. Rita Colaço Rodrigues (2012, p. 61-62) mencionando Féray destaca que a palavra apareceu publicada em dois textos sem autoria que foram direcionados ao Ministro da Justiça em Leipzig, em 1869, e foram atribuídos a Karl-Maria Benkert, que de acordo com a autora, era jornalista, poeta e escritor, tendo nascido em Viena.

A criação dessa palavra e suas variantes situa-se numa tentativa de impedir a aplicação da legislação prussiana à Alemanha unificada. Rodrigues (2012, p. 42), em diálogo com Viñuales, esclarece melhor tal cenário:

No contexto da unificação alemã, Kertbeny [grafia húngara de Benkert] tinha receio de que o código penal prussiano de 14 de abril de 1951 passasse a vigorar em todo o território unificado. O parágrafo 143 desse ordenamento criminal sancionava as relações

² Usa-se essa datação porque conforme Jonathan Ned Katz (1996: 63), Kertbeny já teria utilizado o termo numa correspondência trocada com outro reformador sexual, Karl Heinrich Ulrichs, em 1968; ou seja, a palavra já fazia parte do vocabulário do autor, mas veio a ser divulgada por ocasião dos textos que vieram a público em 1869.

sexuais entre homens como atos contra a natureza. Ele então escreve diversos textos argumentando que tais práticas representavam na verdade uma característica inata e não modificável, pelo que não deveriam ser tratadas no âmbito penal, que as via enquanto produto da corrosão do caráter. Afirma-se que a argumentação construída na ação política de Kertbeny era uma estratégia. Ele buscava intencionalmente o deslocamento de campo – do criminal para o da medicina – como alternativa para a construção de uma imagem mais positiva e mais tolerante para os seus praticantes. Na medida em que obtivesse o conhecimento de que essa forma de desejo lhes era inerente e, portanto, não contrária à natureza, eles não seriam mais vistos como criminosos.

Na unificação alemã o parágrafo foi mantido e com o tempo e por influência de outros pesquisadores as pessoas homossexuais passaram a ser vistas não mais sob o prisma da criminalidade, mas são direcionadas à área da saúde. Todavia, a modificação que se fez deslocou o entendimento de que pessoas homossexuais eram criminosas por violarem a lei, que proibia suas práticas e formas de experienciar os prazeres, mas passaram a ser consideradas doentes e estudadas pela ciência da época com o intuito de corrigir tal “desvio”. É necessário que se atente que a base de normalidade tomada foi a heterossexualidade, palavra também criada na mesma época e tinha um sentido negativo assim como a homossexualidade, mas que veio a assumir um estatuto de normalidade (KATZ, 1996).

O filósofo Michel Foucault (1988, p. 44) ao falar sobre a criação da palavra homossexualidade destaca: “O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie”. A questão que parece ser colocada sob este ponto de vista é que a punição anterior não era direcionada às pessoas, mas às práticas, nesse caso as relações afetivo-sexuais entre pessoas de mesmo sexo. E essa prática não qualificava ou definia um sujeito singular, apenas nomeava aquelas pessoas que eram pegadas pela jurisdição por cometerem o que era tido como crime. Outras podiam manter tais práticas e não ser descobertas e/ou pegadas pela legislação. E o conjunto de suas características e/ou vivências homoeróticas não se transformava numa identidade. A palavra homossexualidade passou a identificar um sujeito a partir de seu desejo sexual, ganhando centralidade em sua constituição e distinguindo-se de outros, os heterossexuais.

Em outro trabalho o autor explicita que vê tais relações precedentes ao surgimento da palavra homossexualidade como uma forma de “libertinagem” (FOUCAULT, 2015, p. 4). Todavia, o

possível reducionismo que esta análise do período pretérito pode suscitar levou alguns intelectuais a criticá-lo. Um dos autores que tece críticas a esta análise é Luiz Mott (2005, p. 20) que destaca que é possível constatar a presença de subculturas homossexuais em pelo menos três séculos antes do surgimento da palavra homossexual. Nesse sentido, não se poderia isolar o período anterior e caracterizá-lo somente pelo uso de tal prática afetivo-sexual, pois havia a partilha de alguns elementos comuns nos relacionamentos amorosos, sociais, que sinalizavam a constituição de um grupo com características e vivências específicas. Ou seja, Mott atenta para o compartilhamento de elementos para além das práticas sexuais, pois se não definiam um sujeito e uma identidade, eram mais do que uma libertinagem.

É preciso lembrar que Foucault tem uma abordagem construtivista da homossexualidade, ao passo que Mott entende de uma forma essencialista. Essas duas vertentes opõem-se, no entanto, ambas receberam críticas e alguns intelectuais costumam ponderar as contribuições de ambas para entender a trajetória desse tipo de relações.

Para o historiador Jonathan Ned Katz que pesquisou a invenção da heterossexualidade, destacou que ela não era tratada, inicialmente, como uma normalidade, mas como um erotismo que ia além daquilo que se considerava natural, ou seja, a procriação, e como tal, estava inserido junto a outras terminologias, como a homossexualidade. Destaca-se que ambas as expressões foram criadas pela mesma pessoa e no mesmo período. Diferentes pesquisadores passaram a teorizar sobre isso e aos poucos ocorreu um distanciamento do entendimento da heterossexualidade como uma anormalidade, presente inclusive em alguns dicionários de acordo com o autor, para um estatuto de normalidade (KATZ, 1996).

Nesse sentido, o surgimento das palavras homossexualidade/heterossexualidade ocorreu num determinado momento e a partir de determinadas questões que eram pensadas acerca das relações afetivo-sexuais. Os resultados dessa conjuntura e os novos significados e ressignificados que essas palavras viriam a ter marcaria uma nova fase em que os desejos sexuais passariam a estar imbricados a questões biológicas, como uma condição, definindo sujeitos, mas também, posteriormente, identidades. Se por um lado o entendimento acerca da homossexualidade lentamente foi deixando de estar atrelado a uma concepção de crime, por sua vez, mesmo estando próximo de uma compreensão biológica condicionante, passou a ser visto como uma doença; novamente a

relação entre pessoas de genitais diferentes e com gênero próximo do binarismo masculino/feminino esperado socialmente era tomada como base de normalidade.

Uma vez vistos por boa parte da sociedade como doentes e cujo entendimento tenha sido disseminado, houve um sutil atenuante, pois, as pessoas não tinham escolhido tal desejo, mas o mesmo seria resultado de questões biológicas, fossem genéticas, hormonais ou decorrentes do desenvolvimento psicossocial consciente ou inconsciente dos indivíduos. Por esse teor científico da época, transformaram-se os critérios inteligíveis até então vigentes sendo que não faria mais sentido prender ou punir, mas abriram-se as portas para novas intervenções, como terapias e medicalizações a fim de curá-los; ou seja, readequá-los àquilo que foi tornado a base da normalidade – a heterossexualidade.

Dessa forma, heterossexualidade e homossexualidade além de classificarem os sujeitos, diferenciam os “normais” dos “doentes”. E com base nisso, diferentes tratamentos de caráter eugenista foram perpetrados contra pessoas homossexuais demonstrando a marginalidade com que tal grupo era visto e o descaso em prol de tais ideais que preconizavam por uma população saudável.

Da posituação da homossexualidade à sua nova resignificação

Diferentes iniciativas foram manifestadas em defesa das pessoas homossexuais contra as inúmeras discriminações que as acometiam. No encaço das transformações da contracultura na segunda metade do século XX que questionaram diferentes valores da sociedade, surgiu o movimento homossexual norte-americano que historicamente é tido como um marco na memória da história do movimento homossexual. Sem dúvida, tais escolhas fazem parte de relações de poder sobre o que deve figurar na memória de um coletivo, bem como naquilo que se intenta levar à posteridade. Para além da visibilidade desse acontecimento, tem-se a disseminação do fato de que um grupo de pessoas homossexuais se rebelou contra a violência perpetrada e passaram a unir-se para reivindicar por seus direitos, despatologizando suas práticas e vivências, e positivando-as.

Como parte das conquistas em favor da homossexualidade, pode-se citar a retirada do entendimento da homossexualidade como uma doença pela Associação Americana de Psiquiatria, em 1973. Da mesma forma, casamentos entre homossexuais também

eram realizados por meio de idiossincrasias religiosas cujo fundador assumiu a homossexualidade e realizava tais celebrações por meio de reapropriações do pensamento cristão; ou seja, tratava-se de uma iniciativa desta igreja específica, Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), e não por parte do setor governamental no âmbito civil. Deve-se destacar que mesmo no Brasil tais notícias foram publicadas na imprensa no início dos anos 1970 (MARTINELLI, 2018).

Esses poucos exemplos citados mostram algumas conquistas de pessoas homossexuais e a circulação de tais informações que influenciaram a formação de outros grupos semelhantes. De um “homossexualismo” compreendido pelos saberes médico-científicos da época como patológico, passa-se para a afirmação identitária de uma homossexualidade ressignificada cujo empoderamento e constituição de um grupo assim nomeado seria o catalisador para a reivindicação de políticas públicas para essas pessoas.

James Green e Renan Quinalha (2015, p. 11) destacam que no período da ditadura civil-militar brasileira diferentes sujeitos estavam incluídos no grupo das homossexualidades sem haver uma divisão identitária específica, ou seja, travestis, lésbicas, gays, ou quaisquer outras terminologias que caracterizassem essas pessoas, todas estariam incluídas nesse grupo; as distinções a partir de segmentos identitários ocorreu posteriormente. Nesse sentido, é possível pensar essa categoria ampla mesmo para temporalidades anteriores a esse período no Brasil. Tem-se, portanto, a união em torno de uma categoria que caracterizava especialmente o desejo e, por conseguinte, a prática afetivo-sexual dessas pessoas, entendida como componente definidor de um sujeito dado *a priori*; no entanto, outras variáveis embora presentes, ganhariam destaque com o passar do tempo e mostrariam as diferenças no interior desse vasto grupo onde eram engendradas, também, relações de poder.

João Silvério Trevisan (2000, p. 40), fundador do primeiro movimento ativista de homossexuais no Brasil, chama a atenção para as diferentes vivências sexuais que não se limitam à terminologia homossexual e/ou pessoas que mantêm tais práticas, mas que não se reconhecem ou se autoidentificam como homossexuais. Daí ser mais conveniente, segundo o autor, falar em homossexualidades, no plural, para sinalizar a diversidade possível e presente nesse grupo.

Problematicando as questões referentes às homossexualidades, Peter Fry publicou no jornal *Folha de São Paulo*, nos anos 1980, indagações que nos auxiliam a pensá-la para

além de uma condição biológica. Duas perguntas são feitas pelo autor: “Fulano é ou não é homossexual?” e “Sicrana transa mulher?”. Preferindo a segunda questão, argumenta:

A pergunta supõe que o desejo sexual por um parceiro do mesmo sexo é apenas um aspecto das atividades da pessoa, e que qualquer um tem esse aspecto em potencial. Em suma, a primeira pergunta supõe que as pessoas são homossexuais, heterossexuais ou bissexuais, enquanto a segunda tem como pressuposto que as pessoas *estão* circunstancialmente qualquer uma dessas coisas (FRY, 1982 apud MACRAE, 2018, p. 70).

Essas ideias possibilitam pensar as homossexualidades para além de um determinismo, mas como um estado em que as pessoas podem ou não manter tais práticas afetivo-sexuais. Ao mesmo tempo, ao distanciar-se de um entendimento como *condição* que conferiu um status de sujeito visando a aceitação dessas pessoas, poderia causar uma ampliação da discriminação por parte de sujeitos com pensamento mais ortodoxo a fim de “readequá-las”.

Sobre as práticas sexuais Foucault (2015, p. 5) salienta que não é um erro tentar torná-las normais ou usá-las com alguma finalidade se estão classificadas como anormais, visando conferir-lhes inteligibilidade, mas deve-se pensar que se trata de formas de obter prazer que são rejeitadas e somam-se a outras, desta forma, algumas são reivindicadas com o intento de torná-las normais, assim como outras o foram; todavia, algumas ainda permanecerão como anormais. Dessa forma, conforme o autor, seria mais viável substituir a ideia de sexualidade pela de prazer.

A popularização da palavra homossexualidade para além dos círculos científicos contribuiu para que a população geral conhecesse o termo, mas tambémurgia que as pessoas homossexuais se reconheçam nessa categoria:

A história de como os indivíduos passaram a se reconhecer homossexual, problema individual de subjetivação, é imprescindível para que se consolidasse na passagem das décadas de 1970-80 o **tempo de assumir**. O assumir, seja na imprensa, seja na literatura, forma um sujeito homossexual que só existe a partir do momento em que enuncia e encena o seu desejo. Não há identidade homossexual sem encenação (SOUTO MAIOR JR, 2019, p. 68 – grifo do autor).

Para compreender esse momento outras duas temporalidades destacadas pelo supracitado autor são necessárias para pensar tal

questão: trata-se do “tempo de visibilidade” e do “tempo de sair do armário”. Conforme Souto Maior Júnior, o “tempo de visibilidade” foi marcado pela aparição da homossexualidade em decorrência da aids, também chamada na época de “câncer gay”, e trouxe a público sujeitos vitimados e sua associação com tal prática sexual; e o “tempo de sair do armário”, ou seja, o período em que as pessoas poderiam e/ou deveriam falar sobre o assunto e tornar pública a sua homossexualidade e vivê-la, de modo que os que não a assumissem ou negassem estariam enrustidos, presos no armário, ou teriam sua sexualidade visibilizada por meio do *outing*. (SOUTO MAIOR JR, 2019).

Trata-se de uma divisão que auxilia a elucidar a trajetória da identidade homossexual no Brasil e os entraves nesse percurso que recaíam sobre os próprios sujeitos diante da possibilidade ou não de tornar pública sua sexualidade, mas também dos benefícios que foram conquistados em meio a esse processo. É preciso recordar que a historiografia ingressou tardiamente no estudo das homossexualidades, entretanto, recentemente tais temas vêm atraindo a atenção de diferentes pesquisadores e pesquisadoras contribuindo com a escrita de histórias anteriormente invisibilizadas (VERAS; PEDRO, 2018).

À medida que os anos foram passando a palavra homossexual que englobava muitos sujeitos, embora houvesse outras formas de nomeações específicas e variáveis regionais, foi ganhando dimensões ampliadas e caracterizando grupos específicos no interior das homossexualidades.

Por meio do uso político dessas identidades os sujeitos reivindicavam políticas públicas e pautas direcionadas a esses grupos. Inicialmente integrados no Movimento Homossexual Brasileiro (MHB), especialmente pela atuação do emergente Grupo *Somos*, em 1978, (MACRAE, 2018) e nos grupos posteriores que surgiram e que partilhavam características comuns, mas também possuíam outras que eram específicas e oriundas de diferentes variáveis presentes na composição e organização dos mesmos. O termo abrangente homossexual que, *a priori*, caracterizava seus integrantes passa a ser desdobrado em outras categorias específicas.

Regina Facchini ao estudar o grupo homossexual *Corsa*, em São Paulo, e a construção e reconstrução de identidades coletivas nos anos 1990 destaca a problematização das siglas utilizadas

como GLS³ e GLT⁴, frisando que a opinião de alguns homossexuais na época era de que a primeira estaria vinculada a uma concepção comercial e não política, sinalizando divergências pelo uso de ambas. Nesse sentido, havia tipos de militâncias específicos e os usos das siglas podiam ser adotados por alguns e não por outros, mas essas escolhas situavam-se num campo de reflexões e, sem dúvida, de relações de poder.

No final da década de 1990 falava-se em GLBT⁵ e havia discussões e críticas tanto de membros como de não membros sobre os significados dessas letras, bem como da “sopa de letrinhas” que estava ocorrendo, ao qual foi justificada em 1999 em matéria de Wagner de Andrade no jornal *Paradão SP News*, pertencente à *Associação da Parada*, que era em decorrência da diversidade presente no grupo e pela influência dos movimentos internacionais (FACCHINI, 2002, p. 202).

No ano de 2008 passou-se a utilizar a sigla LGBT e no transcorrer do tempo outras variantes foram criadas com a introdução de letras em referência a outros grupos identitários que não eram e/ou não se viam contemplados pela sigla anterior. Ao mesmo tempo, há pessoas que se definem como homens ou mulheres, mas mantêm práticas homoeróticas podendo dialogar ou não com o universo homossexual. Este é entendido como a construção de um território dotado de especificidades que caracterizam parte das pessoas homossexuais pela partilha de determinados elementos, porém não deve ser tomado como igualitário, pois existem distintas discriminações e normatizações nesse ambiente que não caracterizam a totalidade das pessoas homossexuais.

Assim como Wagner de Andrade reportou em 1999 e Facchini difundiu a partir de sua pesquisa, a “Sopa de Letrinhas” visível naquele momento continuou a crescer e a integrar novas letras para dar conta das identidades que demandavam por reconhecimento em meio a pluralidade presente na categoria homossexualidades. Uma sigla recente que está sendo utilizada é LGBTQIA+, em referência às lésbicas, aos gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersexuais e assexuais. O sinal de adição que a acompanha sinaliza a abertura para outras identidades que as letras anteriores não explicitam. Deve-se destacar que não há

³ Gays, Lésbicas e Simpatizantes.

⁴ Gays, Lésbicas e Travestis.

⁵ Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros.

consenso para referenciar esses grupos, pois diferentes siglas são usadas, tanto pelos movimentos sociais em si, quanto pelos grupos que pesquisam essa temática.

A palavra homossexual criada no século XIX teve diferentes significações e ressignificações. Oscilou de uma curva patologizante para a normalidade e essa alteração constantemente costuma ser questionada. Se o homossexual era o sujeito que mantinha relações afetivo-sexuais com outro de mesmo sexo, dotado de um desejo próprio, o verbete que conceitua tal terminologia socialmente alterou-se para incorporar sujeitos *trans* que não se identificam com o corpo biológico com o qual nasceram e/ou que realizam intervenções hormonais e/ou cirúrgicas para adequá-lo a identidade que lhes é confortável expressar socialmente. Desta forma, heterossexualidade e homossexualidade igualmente passaram e passam por transformações.

Essas novas possibilidades de pensar essas diferenciações acompanham contribuições de distintos pesquisadores e pesquisadoras. Se anteriormente a categoria estava atrelada ao mesmo sexo, como pontuado, homens com homens, mulheres com mulheres, a crítica a essas identidades naturalizadas labilizou a pretensa coesão que havia, pois se tratam de construções culturais e históricas. Nesse sentido, a identificação como homens *trans* e mulheres *trans* contribui para enfraquecer o entendimento da conceituação da homossexualidade, pois se esses homens *trans* e/ou mulheres *trans* estiverem num relacionamento com um homem ou mulher, na compreensão que promove essa divisão, seriam heterossexuais e não homossexuais. Mesmo se mantivessem a genitália com que nasceram. Logo, a presença de dois órgãos sexuais iguais não configuraria mais a homossexualidade, pois não seriam definidores de uma identidade biologicamente dada.

Outra conceituação corrente e atual é que a homossexualidade é a relação entre duas pessoas de mesmo gênero. Essa explicação consta em diferentes manuais e cartilhas (BRASIL, 2017; ABGLT) divulgadas a população em geral, mencionando a definição a partir da conceituação dada nos Princípios de Yogyakarta (2006)⁶, legislação internacional que

⁶ A respeito da definição de orientação sexual, no qual a homossexualidade está inserida, foi pontuado: "Compreendemos orientação sexual como uma referência à capacidade de cada pessoa de ter uma profunda atração emocional, afetiva ou sexual por indivíduos de gênero diferente, do mesmo gênero ou de mais de um gênero, assim como ter relações íntimas e sexuais com essas pessoas" (PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA, 2006, p. 7).

destaca a aplicação a respeito da orientação sexual e identidade de gênero. Nesse entendimento, não mais o sexo, especialmente os órgãos sexuais (pênis/vagina) seriam os operadores dessa classificação, mas a expressão performativa de gênero (BUTLER, 2017) em torno da masculinidade/feminilidade. Novamente entendimentos essencialistas e construtivistas parecem ser acionados para discutir essa questão: às vezes opondo-se, em outras se articulando. E cabe destacar que não existe apenas uma forma de ser masculino e feminino, as fronteiras simbólicas de gênero podem ser atravessadas, transpostas, o que reitera aquilo que está latente, mas também explícito nessa análise – a pluralidade. Nesse sentido, urge que se atente aos “caminhos e descaminhos do *ser e/ou pertencer*”, ou seja, as “identidades e fronteiras do desejo por pessoas de mesmo sexo/gênero” (MARTINELLI, 2019) no entendimento das homossexualidades.

Assim como atenta Katz, a divisão hétero/homo transformou-se ao longo da história e se anteriormente tal classificação não existia, pois tem uma criação, significa que a mesma pode ser desconstruída e pode não ser mais necessária no futuro (KATZ, 1996). Enquanto isso não ocorre, parece que tratar esse desejo e forma de prazer no plural – homossexualidades – aponta ser mais profícuo diante da diversidade de vivências que vão além de qualquer tentativa de normatização, independente do lugar onde parta.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta reflexão mostra que a categoria homossexualidade criada no século XIX para qualificar um sujeito homossexual dado ao nascer, trouxe alguns benefícios para pessoas homossexuais, mas também problemas, diante dos distintos entendimentos e procedimentos lançados sobre essa questão. No interior deste grupo havia diferenças internas que com o tempo foram ganhando mais visibilidade e colorindo esse grande arco-íris. Essas diferenças acabaram tornando-se marcadores sociais no universo partilhado pelo grupo, bem como na sociedade, sendo que o estigma tornou-se ampliado para algumas existências, mais do que para outras. Devido a essa diversidade que compreende o uso de práticas homoeróticas, mas também a incorporação ou não de identidades específicas, podendo constituir-se a partir da expressão performativa de gênero, da corporalidade, dentre outros, torna-se conveniente falar em homossexualidades.

Ao dizer isso não se está associando a palavra ao significado de sua gênese, a ideia de doença, mas mostrar que a classificação operada ainda existe, mas não é mais vista pelo saber científico como algo anormal. Da mesma forma, houve modificações em torno do entendimento da constituição de sujeitos, sendo que a presença de uma genitália e/ou de um pretense destino traçado ao nascer num determinado corpo sexuado não mais configura um sujeito coeso, uma vez que a compreensão em torno das identidades alterou-se. Logo, homossexualidades não são unicamente relações entre pessoas de mesmo sexo, como eram entendidas, mas podem significar relações entre pessoas de mesma identidade, independente dos corpos com os quais nasceram. E fala-se em pode significar, pois ainda há a presença de tais entendimentos essencialistas em torno da identidade. Não foram superados. Nesse sentido, existe uma coexistência que, apesar de oposta, pluraliza ainda mais essa *comunidade imaginada*.

Além dessas divergências outras conceituações ainda poderão ser incorporadas no futuro, sendo que a categoria sexual como forma de diferenciação dos sujeitos poderá deixar de existir. De modo que essas transformações não podem ser vistas como se fosse algo com o intento de embaralhar os entendimentos das pessoas; pelo contrário, elas visam trazer mais felicidade a todas aquelas pessoas que se sentem inconformadas diante da opressão heteronormativa sobre si, seus corpos e desejos, decidindo viver de outras formas. Existindo de outras maneiras e reivindicando direitos, representatividade e visibilidade social.

Referências

ABGLT. *Manual de comunicação LGBT*:Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Disponível em <https://unids.org.br/wp-content/uploads/2015/09/Manual-de-Comunica%C3%A7%C3%A3o-LGBT.pdf>. Acesso em 21 jan. 2021.

ANDERSON, Benedict R. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BRASIL. Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, Ministério Público do Estado do Ceará. *O Ministério Público e os direitos de LGBT*:conceitos e legislação. Brasília: MPF, 2017.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero*:feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. 13. ed. Rio de Janeiro: Civilização

Brasileira, 2017.

COSTA, Jurandir Freire. *A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

FACCHINI, Regina. *Sopa de letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2002.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. O saber gay. Tradução de Eder Amaral e Silva e Heliana de Barros Conde Rodrigues. *Ecopolítica*, São Paulo, n. 11, p. 2-27, jan.-abr. 2015.

FRY, Peter. Ser ou não ser homossexual, eis a questão. *Folha de São Paulo*, São Paulo, jan. 1982. Folhetim, n. 3. Apud MACRAE, Edward. Afirmação da identidade homossexual: seus perigos e sua importância. In: MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018, p. 67-75.

GREEN, James N.; QUINALHA, Renan (Orgs.). *Ditadura e homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade*. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

KATZ, Jonathan Ned. *A invenção da heterossexualidade*. Tradução de Clara Fernandes. Rio de Janeiro: Ediouro, 1996.

MACRAE, Edward. *A construção da igualdade: política e identidade homossexual no Brasil da “abertura”*. Salvador: EDUFBA, 2018.

MAIOR JÚNIOR, Paulo Roberto Souto. *A invenção do sair do armário: a confissão das homossexualidades no Brasil (1979-2000)*. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

MARTINELLI, Leonardo da Silva. Caminhos e descaminhos do *ser e/ou pertencer*: identidades e fronteiras do desejo por pessoas de mesmo sexo/gênero. In: GANDRA, Edgar Avila; ALVES, Francisco das Neves; OLIVEIRA, Marcelo França de (Orgs.). *Identidades e Fronteiras: perspectivas históricas*. Porto Alegre: Casalettras, 2019. p. 159-178.

MARTINELLI, Leonardo da Silva. Uma idiossincrasia cristã: a igreja que casou homossexuais nos Estados Unidos e suas representações na revista *Veja* (1971). *Semina*, Passo Fundo, v. 17, n. 2, p. 257-279, 2018.

MOTT, Luiz. Raízes históricas da homossexualidade no atlântico lusófono negro. *Afro-Ásia*, Salvador, v. 33, p. 9-33, 2005.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

PRINCÍPIOS DE YOGYAKARTA. *Princípios sobre a aplicação da legislação*

internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero. 2006. Disponível em http://www.clam.org.br/pdf/principios_de_yogyakarta.pdf. Acesso em 20 set. 2019.

RODRIGUES, Rita de Cássia Colaço. *De Daniele a Chrysóstomo: Quando travestis, bonecas e homossexuais entram em cena.* Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUSA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (Orgs.). *História & Teoria Queer.* Salvador: Editora Devires, 2018. p. 123-142.

VEYNE, Paul. *Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história.* 4. ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.